

ADIMP-MS

celebra uma gestão profícua!
Deoclécio Paes e diretoria finalizam
ciclo com resultados positivos.



ADIMP-MS



Gatonaaa

Poderosaaa, Poderosooo!

Nesta edição preparada com capricho por nosso time você vai ver a ADIMP/MS celebrando o encerramento de ciclo da gestão de Deoclécio Paes com ânimo para continuar crescendo em representatividade no segmento. Na coluna 'Espaço da Previdência' Andrey de Mello Moura discorre sobre o papel do comitê de investimentos e dos conselhos; Luiz Cláudio Kogut aborda a importância da assessoria e consultoria atuarial permanente;

Empréstimos Consignados – Composição das Taxas foi o tema escolhido pelo colunista Sérgio Pedro Werlang; No Raio X, destaque para o RPPS de Pirpirituba no quesito gestão; Destacamos o trabalho do time de MachadosPrev, um RPPS que tem compromisso com o futuro dos servidores; E tem muito mais nas nossas páginas digitais... leia, compartilhe!

Até a próxima!



<https://www.instagram.com/revistarppsdobrasil/>



https://www.facebook.com/revistarppsdobrasil/?locale=pt_BR



<https://www.revistarppsdobrasil.com.br/>

Thiame Fonseca

E equipe

Expediente

Diretora e editora responsável

Iliane Fonseca / jornalista MTE/RP 2729/GO

Especialista em negócios

Mirian Torquato

Projeto Gráfico e Diagramação

Carlos José - 61 99367-3004

Fotografia/reportagem

Iliane Fonseca e Égon Rodrigues

Especialista em negócios e marketing

Mariana Netto - 64 99607-1077

Administrativo

Antônio Rubens

Assessoria jurídica

Oliveira & Rizzo Advogados Associados - 64 3441 4881

Conselho Editorial

Cátia Ferraz - Presidente do MesquitaPrev-RJ e Secretária-Geral da AEPREMERJ

Evone Bezerra Alves – Presidente do Instituto de Rio Brilhante/MS

Adilson Carlos Pereira - Presidente da ANEPREM

Danielle Agero – Membro do Comitê de Investimentos do Instituto de Nilópolis/RJ

Colunistas nesta edição

Augusto de Suza

Andrey de Mello Moura

Luiz Claudio Kogut – Atuário

Sérgio Pedro Werlang

Distribuição Digital através de linhas de transmissão de whatsapp

Website: revistarppsdoBrasil.com.br

Plataforma: calameo.com

Escritório:

Rua Nsa Sra de Fátima, 585

Bairro Nsa Sra de Fátima

Catalão/GO - CEP: 75.709-180



Aponte o celular e acompanhe
as nossas novidades diárias



Índice



8 Artigo

A importância da
assessoria e consultoria
atuarial permanente



16 Capa

E ADIMP-MS encerra ciclo
de uma gestão próspera



42 Raio X

IPMP é destaque na
Paraíba

Conselho Editorial



Cátia Ferraz
Gestora do Instituto
de Mesquita/RJ

Adilson Carlos Pereira
Presidente da ANEPREM



Evone Bezerra Alves
Gestora do Instituto
de Rio Brilhantes/MS

Danielle Agero
Membro do Comitê de
Investimentos do
Instituto de
Nilópolis/RJ



Somos gratos por termos
nosso Conselho Editorial
formado de profissionais
gabaritados na área de
Regime Próprio. Gratidão
Cátia Ferraz – Gestora
do Instituto de Mesquita/RJ,
Adilson Carlos Pereira
(Presidente da ANEPREM),
Evone Bezerra Alves Gestora do
Instituto de Rio Brilhantes/MS,
Danielle Agero
Membros do Comitê do
Instituto de Nilópolis/RJ



Você também pode fazer parte
da RPPS do Brasil
Participe enviando suas dúvidas e sugestões
através do e-mail:

contato@revistarppsdobrasil.com.br

revistarppsdobrasil.com.br

O que acontece no universo RPPS brasileiro é destaque aqui!



Sidronio Chaves, Presidente do FUMAP – João Alfredo – PE, destaca que 'estamos valorizando com cuidado e respeito aqueles que tanto contribuíram com nosso município, resgatando a moral e elevando o ego de nossos aposentados e pensionistas, com salários antecipados, recorde de concessões, com o maior percentual em Pernambuco. Além do programa Viver Bem servidor, e eventos, mostrando que Previdência pode ser um instrumento de programas sociais para quem tanto merece'.

No dia 10 de maio de 2025 tomou posse a nova diretoria do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados – MS – PreviD, tendo o Sr. Theodoro Huber Silva, reeleito para exercer o cargo de Diretor Presidente; Kalyanna Gianello Santini, eleita para exercer o cargo de Diretora Administrativa; Gleicir Mendes Carvalho, reeleita para exercer o cargo de Diretora de Benefícios e Márcio Fernandes Vilela Rodrigues, reeleito para exercer o cargo de Diretor Financeiro. Em seu discurso de posse o Presidente Theodoro Huber comunicou a todos que o PreviD ultrapassou a marca de Um Bilhão de Reais em Patrimônio Líquido, consolidando-se como o maior instituto de previdência do Estado do Mato Grosso do Sul. Salientou que os gestores de RPPS devem buscar o Equilíbrio Financeiro, atuarial e humano, não enxergando os segurados como números, mas sim com pessoas que merecem uma aposentadoria digna.

Fundado em 31/12/2015, o IEP – Instituto Erechinense de Previdência completará 10 anos de atividades. Do sonho à realidade. Após muitos anos de discussões, estudos e consultas no âmbito municipal, em um processo fortalecido pelo debate, surgiu o RPPS da cidade de Erechim-RS. No início houve intensa procura dos servidores, que ansiosamente, aguardavam o momento para encaminhar suas aposentadorias. Atualmente, o IEP é responsável por atender a cerca de 2300 servidores ativos e 330 aposentados e pensionistas. Com crescimento vertiginoso, especialmente, no patrimônio líquido acumulado, que hoje monta R\$ 330 milhões. Deste montante, cerca de 70%, equivalente a R\$ 230 milhões, estão aplicados em Títulos Públicos do Governo Federal e Letras Financeiras, com taxa média de compra acima de 6% (mais IPCA). O IEP destaca-se pela autonomia dessas operações, onde conseguiu retirar os intermediários e as consequentes taxas de administração, com redução de custos e maior agilidade. Ainda, recentemente, o IEP criou ferramenta no Portal do Colaborador para que os beneficiários realizem a Prova de Vida de forma online, no mês de aniversário, com acesso facilitado, por meio de aplicativo próprio ou no site. Não se trata de acesso à plataforma GovBr, usada somente para aferição de eventuais óbitos. Recentemente, o IEP foi premiado pela ANEPREM, com o prêmio de melhores práticas de gestão previdenciária, tendo alcançado o segundo lugar nacional na categoria de médio porte.



Inovação e Tecnologia a Serviço da Gestão Previdenciária dos RPPS



Censo Previdenciário

O Sistema de Censo Previdenciário é uma ferramenta que facilita a coleta, atualização e gestão das informações cadastrais, funcionais e financeiras dos servidores, e auxiliando na geração de dados precisos para cálculos atuariais.



Prestação de Contas com Geração de DIPR

O Sistema de Prestação de Contas é uma solução eficiente para os RPPS, facilitando a gestão financeira e contábil e gerando o DIPR, conforme as exigências do Ministério da Previdência Social.



eSocial e Colare

O Sistema de eSocial é uma solução completa e eficiente para os RPPS, facilitando a transmissão de informações previdenciárias e trabalhistas, garantindo conformidade, transparência e agilidade em todos os processos fiscais.



Simulação de Aposentadoria

O Sistema de Simulação de Aposentadoria é uma ferramenta avançada e intuitiva, desenvolvida para servidores públicos no RPPS, permitindo o planejamento preciso e personalizado da aposentadoria.



Certidão de Tempo de Contribuição

O Sistema de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) é uma ferramenta eficiente para servidores públicos no RPPS, facilitando a emissão e gestão das CTCs, conforme as exigências do Ministério da Previdência Social.



Cálculo de Proventos

O Sistema de Cálculo de Proventos é uma ferramenta robusta e eficiente, desenvolvida para servidores públicos no RPPS, permitindo o cálculo preciso dos proventos de aposentadoria conforme as legislações vigentes.



Gestão Previdenciária

O Sistema de Configuração é uma ferramenta eficiente para os RPPS, facilitando a gestão e o acompanhamento de informações essenciais, garantindo conformidade e na administração previdenciária.



Sistema de Consulta Civil

O Sistema de Consulta Civil é uma ferramenta eficiente para os RPPS, permitindo a verificação diária de óbitos de aposentados e pensionistas, com atualização constante das e conformidade com as exigências, desde que haja acordo com a DATAPREV – SIRC.



23
CONGRESSO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIAS
DA ANEPREM
13/12/2024 | ESTADO/RN

A Revista e TV RPPS do Brasil conectadas

Leia / Ouça / Assista

**Agora você tem a RPPS DO BRASIL
a todo instante!**



A importância dos estudos de impacto atuarial

A Portaria Nº 1.467 de 02/06/2022 tem um capítulo específico sobre o chamado Acompanhamento Atuarial, onde é estabelecida a necessidade de intensificar as atividades atuariais, melhorar a transparência e promover um acompanhamento técnico permanente, não limitando o consultor atuarial a apenas realizar uma avaliação atuarial anual.

Essencialmente o acompanhamento atuarial compreende a necessidade do monitoramento dos resultados atuariais ao longo do ano, quando por exemplo, a legislação do ente promover reajustes gerais ou específicos, revisões de planos de carreira dos segurados em atividade, bem como sua extensão aos segurados inativos e pensionistas com direito à paridade.

Este tipo de estudo realizado ao longo do exercício, pode prevenir situações em que este tipo de alteração possa causar um impacto significativo no déficit atuarial, de forma a determinar alterações na forma de custeio normal ou suplementar ou na segregação de massas se for o caso.

Recomendamos a todos os RPPSs que a legislação municipal de previdência preveja a obrigatoriedade de realização destes estudos para preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, considerando um artigo como o reproduzido abaixo:

Lei Complementar Nº 107 de 19 de abril de 2006 – Foz do Iguaçu (PR)

Art. 28. Sob pena de responsabilidade, qualquer reajuste, revisão, concessão de benefício ou vantagem, modificação na remuneração ou no plano de carreira dos segurados em atividade, bem como sua extensão aos segurados inativos e pensionistas, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a inatividade ou de que era titular o segurado na data de seu falecimento, somente poderá ocorrer depois de realizada a necessária avaliação atuarial para cobrança das respectivas contribuições previdenciárias a serem pagas pelo município e beneficiários, bem como a adaptação do Programa de Benefícios Previdenciários e do respectivo Plano de Custeio Atuarial

No caso do ente mencionado acima, toda e qualquer alteração legislativa só é apreciada na Câmara de Vereadores depois de emitido um parecer conclusivo sobre o impacto atuarial da proposição nos resultados e projeções atuariais do RPPS.

Estes estudos também são indispensáveis quando da alteração da legislação ou normatização previdenciária, como ocorreu quando da publicação da Emenda Constitucional Nº 103/2019 e da Portaria 1.467/2022, por exemplo, pois é indispensável que a administração do ente público e do RPPS sejam abastecidos com as melhores informações, cálculos e análises para a tomada de decisão.

Como praticamente todos os RPPSs apresentam déficit atuarial é indispensável o desenvolvimento contínuo de alternativas para o seu equacionamento, sempre envolvendo a Diretoria do RPPS, seus Conselhos e a Administração do Ente Público, cada vez que algum fator interno ou externo vier a impactar os resultados ou projeções atuariais.

A Consultoria Atuarial também deve se manifestar ao longo do exercício auxiliando na gestão de investimentos, na elaboração de estudos de solvência ou ALM – Asset Liability Management, no cálculo da duração do passivo para definição da taxa de juros parâmetro a ser considerada na Política Anual de Investimentos ou ainda quando o RPPS realizar aplicações com data para resgate, verificando a liquidez do plano no prazo de desinvestimento, conforme previsto no art. 115 da Portaria 1.467/2022.

Por fim, as Consultorias Atuariais do segmento RPPS devem buscar continuamente o aperfeiçoamento dos seus métodos e conhecimentos, melhorar sua estrutura organizacional, investir no treinamento de suas equipes e em soluções de tecnologia da informação que permitam cálculos com uma maior agilidade e gama de alternativas e que facilitem sua comunicação e interação com seus clientes no atendimento de demandas cada vez mais complexas.



Luiz Claudio Kogut

Sócio-Gerente da Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial de Curitiba, Bacharel em Ciências Atuariais com 38 anos de experiência na área de Previdência, especialista em Tecnologia da Informação e atuário responsável técnico por mais de 120 RPPSs no Brasil.



programa
RPPS N

VEIA

TODA
TERÇA-FEIRA | **15h**

Horário de Brasília

Te levamos até onde você quiser!

CULTURA PREVIDENCIÁRIA
é nosso OXIGÊNIO!

Quer participar do RPPS NA VEIA?
Faça contato conosco!



REGULAMENTO PARA O **PRÊMIO REFERÊNCIA NACIONAL**

EDIÇÃO NÚMERO 2 DA REVISTA **RPPS DO BRASIL E ANEPREM**

A revista RPPS do Brasil e a ANEPREM vão premiar as
“EMPRESAS e PROFISSIONAIS”
do segmento, os quais se destacam, o último ano,
nas seguintes categorias:

1. Destaque Tradição
2. Destaque Inovação
3. Consultoria Destaque
4. Assessoria Destaque
5. Advogado Destaque
6. Asset Destaque
7. Empresa Revelação
8. Profissional Revelação

A pesquisa será espontânea, será
informada apenas **A CATEGORIA**,
e o votante escolhe a empresa e
ou profissional.

O Prêmio Referência Nacional de 2025 premiará
com um troféu personalizado, representante de
8 (oito) categorias, as quais serão avaliadas e
votadas via pesquisa digital (<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfpQg7iBYvtbeAZFXLISd1nyHh7lULZnvofvFxrYCqkTkTlbQ/viewform>),
com divulgação por meios digitais da revista
RPPS DO BRASIL e da **ANEPREM**, com início dia
31 de julho e término dia 31 de outubro, totalizando
60 dias de pesquisa.



O resultado será divulgado dia 06 de novembro, durante live com o presidente da ANEPREM, Adilson, as 15h horas – fuso Brasília.

A premiação do vencedor em cada categoria será no Rio Grande do Sul, em Bento Gonçalves durante o **24º CONGRESSO NACIONAL DE PREVIDÊNCIAS DA ANEPREM**, no dia 18/11, durante a abertura oficial do evento.



A empresa e ou profissional premiado não terá custo com a premiação.

O custo com o troféu, idealizado pelo artista plástico, escultor e designer internacional Roberto Claussen, será de responsabilidade da Revista RPPS do Brasil.

A **ANEPREM** e a **Revista RPPS do Brasil** irão repercutir e reverenciar o **VENCEDOR** em cada categoria com 1 página cada um dos premiados com uma reportagem/entrevista sobre os pontos fortes da empresa e ou profissional, de maneira gratuita.

Além de reverberar o resultado do prêmio nos canais digitais da ANEPREM e da RPPS do Brasil.

PARTICIPE, FAÇA SUA OPINIÃO VALER. ACESSE AQUI



ANEPREM



REVISTA RPPS DO BRASIL

Governança na Gestão dos Recursos: o papel do comitê de investimentos e dos conselhos

A governança dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) deve observar princípios de transparência, responsabilidade e participação qualificada dos diversos órgãos de gestão. A Lei nº 9.717/1998 estabelece, em seu artigo 8-B, a estrutura mínima de governança para os RPPSs, com o objetivo de garantir uma atuação coordenada entre os atores responsáveis pela gestão dos recursos: diretoria executiva, conselhos deliberativo e fiscal, comitê de investimentos e gestor de recursos.

De acordo com o §6º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, a unidade gestora do RPPS deve implementar estrutura de governança que contemple a segregação de funções, com o objetivo de proteger o processo de gestão de recursos. A Portaria MTP nº 1.467/2022, por sua vez, detalha que, nos casos de desenquadramento de posições de investimento, é obrigatório definir, na forma do §2º do art. 86, as responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento e decisão sobre a aplicação dos recursos, sempre que possível com a segregação das atividades da diretoria executiva (ou órgão equivalente), dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos.

O comitê de investimentos é órgão de instituição obrigatória para RPPS com recursos superiores a cinco milhões de reais, nos termos do art. 280 da Portaria MTP nº 1.467/2022. Seu papel principal é assessorar tecnicamente a diretoria executiva na definição e execução da política de investimentos, realizando análises detalhadas de cenários econômicos, avaliação de produtos financeiros, estimativa de riscos e proposição de alternativas para alocação ou desinvestimento de recursos. Além disso, o comitê desempenha papel fundamental na seleção e no credenciamento das instituições financeiras que prestarão serviços ao RPPS, garantindo que esses parceiros atendam aos critérios técnicos, éticos e legais exigidos. Para cumprir essas atribuições, o comitê deve contar com uma estrutura adequada que assegure acesso às informações necessárias, suporte técnico eficiente e profissionais certificados. Embora, em alguns entes federativos, o comitê de

investimentos possa exercer função deliberativa, isso só ocorre mediante previsão expressa em legislação local ou política interna de alçadas formalmente aprovada.

Na prática, observa-se que, em muitos RPPSs, o comitê de investimentos exerce papel central na análise e orientação técnica dos investimentos. Contudo, é essencial evitar que a concentração de informações e decisões nesse órgão técnico resulte no esvaziamento das atribuições dos conselhos deliberativo e fiscal, cuja atuação institucional deve ser preservada e fortalecida.

Observa-se, entretanto, um distanciamento não desejável dos conselhos em relação às principais variáveis da política de investimentos, o que compromete sua função de controle e acompanhamento. Embora a Portaria MTP nº 1.467/2022 não trate diretamente da participação dos conselhos nesse processo, a Resolução CMN nº 4.963/2021 determina que a política de investimentos seja aprovada pelo conselho deliberativo, devendo estar compatível com os objetivos atuariais do RPPS. Aos conselhos, cabe a deliberação com base em informações técnicas robustas sobre a implementação e a prestação de contas da política de investimentos. No processo de elaboração da política, tanto o conselho fiscal quanto o deliberativo podem contribuir com a formulação de diretrizes complementares, como políticas de credenciamento de instituições, definição de alçadas de investimento e contratação de prestadores de serviços. Esse envolvimento fortalece a política de investimentos, amplia sua aderência à realidade do ente federativo e reforça a legitimidade das decisões. A atuação dos conselhos também é fundamental para o acompanhamento contínuo dos investimentos, permitindo uma resposta tempestiva da gestão frente a alterações de cenário e à necessidade de ajustes na política vigente.

Para que a governança seja efetiva, é desejável que os conselhos atuem de forma articulada com o comitê de investimentos, analisando criticamente os relatórios emitidos, promovendo reuniões técnicas conjuntas e mantendo canais formais de comunicação. Essa

integração fortalece o controle social e técnico sobre os investimentos e contribui para maior transparência e alinhamento institucional.

No que se refere à qualificação dos agentes, o art. 76 da Portaria MTP nº 1.467/2022 estabelece a obrigatoriedade de certificação por entidades credenciadas para os membros da diretoria, do gestor de recursos, dos conselhos e do comitê de investimentos. No entanto, a certificação exigida atualmente, especialmente para conselheiros, abrange conteúdos generalistas da gestão previdenciária e, muitas vezes, não inclui tópicos avançados sobre análise de risco, derivativos, fundos estruturados ou avaliação de produtos financeiros. Por isso, é altamente recomendável que os conselheiros busquem certificações específicas na área de investimentos, a fim de ampliar sua capacidade de análise crítica em relação aos relatórios e às atas elaborados pelo comitê de investimentos. Tal qualificação contribui significativamente para a efetividade do processo

de governança, para a transparência na prestação de contas e para a conformidade com os princípios que regem os RPPSs.

Portanto, é essencial fortalecer a atuação dos conselhos na governança dos investimentos dos RPPSs, resgatando sua relevância institucional e assegurando sua efetiva participação no processo decisório. O comitê de investimentos deve atuar como instância técnica qualificada, assessorando a tomada de decisões, sem concentrar informações ou poder decisório exclusivo. A adequada divulgação de informações, a qualificação contínua dos conselheiros e o fortalecimento da integração entre comitê e conselhos são condições fundamentais para que a elaboração e a execução da política de investimentos sejam seguras, transparentes e verdadeiramente alinhadas com os objetivos previdenciários de longo prazo.

Até a próxima!



Andrey de Mello Moura

Economista e Coordenador de
Acompanhamento dos Investimentos –
COINV/CGAAI/DRPPS/SRPC/MPS

Afinal, é consultoria ou sistema?

Se pesquisarmos quais são as atribuições de uma consultoria de investimentos, encontraremos definições como o aconselhamento e suporte na tomada de decisões financeiras, produzindo recomendações de investimentos adequadas ao perfil do investidor, seus objetivos e necessidades. Afinal, é esperado que a consultoria forneça uma orientação personalizada e profissional, de modo que o contratante usufrua de um acompanhamento individualizado na gestão dos investimentos.

Quando o assunto é RPPS, o cerne dessa atividade deve seguir as mesmas premissas de qualquer outro tipo de investidor. É necessário que a consultoria faça uma análise do perfil, visto que cada RPPS possui suas obrigações e particularidades, e que elabore estratégias de investimento personalizadas, abrangendo a seleção de ativos, o horizonte temporal, a exposição aos riscos, a meta de rentabilidade, dentre tantos outros detalhes. A partir dos planos traçados, cabe à consultoria acompanhar de perto o desempenho da carteira de investimentos, auxiliando na mitigação de dúvidas e oferecendo suporte contínuo, especialmente em situações de mudanças na conjuntura econômica.

Além dessas atribuições primárias, é habitual que as consultorias prestem suporte operacional, o que engloba a emissão de relatórios de desempenho, risco e enquadramento da carteira, e de demonstrativos para o Cadprev. Para tanto, é comum que a consultoria forneça o famigerado “sistema”, que é o nome genérico dado às plataformas de investimentos utilizadas para o atendimento dessas demandas.

Há diversos RPPSs que dispensam a contratação de consultorias de investimentos, demandando unicamente algum sistema voltado à controladoria para emissão de relatórios de investimentos, análise de enquadramento, e demonstrativos que facilitem as tarefas operacionais. Como os sistemas especializados para o RPPS comumente são detidos por consultorias, o instituto acaba contratando uma consultoria de investimentos, mas com a finalidade de utilizar somente o sistema.

Por outro lado, são muitos os RPPSs que demandam os serviços de consultoria de investimentos propriamente ditos, de modo a obterem auxílio na gestão. Isso ocorre mesmo nos RPPSs com estruturas mais robustas, visto que a consultoria pode trazer uma visão mais abrangente que irá enriquecer a discussão sobre a gestão dos ativos, além de fornecer o auxílio operacional.

De todo modo, a contratação de uma consultoria, por parte da iniciativa pública, envolve a elaboração de

um Termo de Referência (TR) descrevendo os serviços que serão demandados. Porém, no universo dos RPPSs, observamos uma situação peculiar: o TR de um instituto que deseja contratar os serviços de consultoria de investimentos costuma ser idêntico ao TR do RPPS que almeja contratar apenas um sistema de controladoria. Por que isso acontece?

O CALCANHAR DE AQUILES DA LICITAÇÃO

O RPPS usualmente elabora o Termo de Referência para a contratação de consultoria de investimentos tendo em vista a realização de um processo licitatório, que é o modelo mais tradicional utilizado pela esfera pública. Para que se tenha uma licitação, é requerido que o TR descreva objetivamente os serviços demandados, e é nesse ponto que esbarramos na fragilidade desse tipo de contratação.

Os sistemas, relatórios, e demais materiais produzidos pela área operacional de uma consultoria, são facilmente descritos de maneira objetiva em um edital, já que possuem características que permitem a comparação direta entre diferentes fornecedores, possibilitando um ambiente sadio de competição. Além disso, a inclusão de uma prova de conceito possibilita ao RPPS a análise aprofundada dos materiais e sistemas antes de efetivar a contratação.

Entretanto, as atividades que formam o cerne da consultoria de investimentos só podem ser adequadamente avaliadas de maneira subjetiva, sendo inenunciável descrever tais serviços objetivamente em um TR. Isso ocorre porque a assertividade da atuação de uma consultoria envolve numerosas competências, que abrangem diversas áreas: é necessária boa dida-

Augusto de Souza

Bacharel em Ciências
Econômicas pela UDESC/
ESAG, Sócio da SMI
Consultoria, atuando como
Diretor Operacional e de
Compliance



tica para explanar seus entendimentos; embasamento técnico para expressar suas opiniões; atendimento ágil para que se evitem custos de oportunidade; zelo na análise de instituições e produtos financeiros; credibilidade e reputação ilibada da empresa e de seus consultores; percepção de outros RPPSs acerca da boa atuação da consultoria; suporte técnico adequado para auxiliar nas variadas questões que abrangem extratos, DAIR, DPIN, CRP, notificações do CADPREV, credenciamentos, auditorias e afins; elaboração de estudos pontuais devido a alguma necessidade excepcional do RPPS; dentre tantos outros fatores que são primordiais ao eficaz atendimento das demandas do RPPS.

A impossibilidade de descrever objetivamente tais serviços, no sentido de que possam ser adequadamente avaliados através de um processo licitatório, é o motivo de vermos tantos RPPSs emitindo editais que descrevem de maneira aprofundada apenas os sistemas e relatórios, apesar de sua finalidade ser a contratação de uma consultoria de investimentos.

Aqui cabe a indagação: como o RPPS conseguirá contratar uma consultoria de qualidade via licitação, sendo que seu TR descreve tão somente um sistema, e sem realizar uma avaliação subjetiva dos serviços oferecidos? A resposta é simples e direta: não conseguirá. E, por vezes, esse tipo de seleção resulta na contratação de uma consultoria que fornecerá apenas um sistema, ficando o RPPS em uma situação de desamparo.

Para contornar essa fragilidade, muitos RPPSs têm optado pela contratação via inexigibilidade de licitação, o que foi facilitado devido aos adventos introduzidos pela nova Lei de Licitações, que reconhece a consultoria como um serviço técnico especializado. Tal modalidade de contratação permite ao RPPS realizar uma avaliação aprofundada das consultorias e selecionar aquela que julgar mais adequada às suas necessidades. Afinal, é impossível analisar a qualidade de uma consultoria sem considerar a opinião subjetiva de quem a examina, fato este que inviabiliza uma competição justa através de licitação.

CONSULTORIA É CONSULTORIA

Na SMI Consultoria somos da opinião que a consultoria de investimentos para o RPPS deve ser mais do que um sistema e recomendações generalizadas. A qualidade dos sistemas e relatórios é um fator relevante que deve ser considerado, entretanto, é primordial que o RPPS usufrua de um atendimento de qualidade, com orientações individualizadas que sejam condizentes com as suas necessidades.

Para falar sobre a importância de ter um acompanhamento de qualidade, cedo a palavra à Diane dos Santos, Diretora-Presidente e Procuradora do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia/SC - IPRECON.

OPINIÃO DO IPRECON

Entre as necessidades do IPRECON está o correto, adequado e eficiente gerenciamento das suas reservas financeiras, de forma a garantir o pagamento dos benefícios às gerações atuais e futuras. Embora o RPPS possua um Comitê de Investimentos, o processo decisório quanto à aplicação dos seus recursos demanda muito mais do que apenas uma hora dispensada mensalmente pelos membros do Comitê, que, aliás, o fazem com maestria, haja vista a diversidade de atividades às quais estão submetidos.

Recentemente, a compra de Títulos Públicos Federais, incentivada e acompanhada pela SMI Consultoria, representaram o batimento da meta atuarial por dois anos consecutivos e com ótimas perspectivas para os próximos anos.

Além da compra de Títulos, movimentos precisos no que diz respeito a outros produtos, oportunizaram ganhos para as carteiras e minimizaram perdas, mesmo diante cenários tão adversos, como os decorrentes da pandemia do Covid-19.

Veja-se que não se trata apenas de um sistema especializado, mas sim de uma equipe com expertise, atuando constantemente no acompanhamento do mercado financeiro.

Além de técnica, são necessários predicados que não podem ser definidos objetivamente, como: confiança, credibilidade, assertividade, pronto atendimento e iniciativa. E esses predicados são cada vez mais importantes, especialmente nesse momento em que cada vez mais empresas aventuram-se por esse mercado, comprometendo o futuro de milhares de segurados. Possibilitar que empresas que não possam dar o adequado suporte à aplicação dos recursos financeiros ou, ainda, colocar esse patrimônio sob a tutela de empresas que preencham requisitos objetivos, mas não cumpram o principal papel, que é o de bem assessorar o IPRECON, é possibilitar a falência de todo sistema.

Afinal, a perda de valores financeiros não compromete apenas a saúde e a sustentabilidade do regime de previdência, mas também coloca em risco a segurança de inúmeros aposentados, pensionistas e segurados ativos, além de penalizar os cofres públicos dos entes federativos.



institucional.smiconsult.com.br



WhatsApp (48) 3027 5200



ADIMP-MS celebra uma gestão profícua!

Deoclécio Paes e diretoria finalizam ciclo com resultados positivos



Diretoria da Adimp-MS no Ministério da Previdência em 2024

Sabe quando você recebe uma missão, que te desafia... e no decorrer do processo, você se reinventa, dedica-se a cada segundo... e o resultado surge! Assim foi a trajetória do presidente da ADIMP/MS, Deoclécio Paes da Silva e toda diretoria. Eles foram escolhidos, eleitos, desafiados e mostraram a premissa do sucesso!



Os eventos da ADIMP são prestigiados por autoridades, como aqui, registro da abertura do Congresso 2025

O Mato Grosso do Sul saiu praticamente de um anonimato do cenário nacional do Regime Próprio, para se tornar uma das Associações exponenciais da atualidade.

Zelo, dedicação à missão, resolutividade de entrega de resultados aos associados, tudo isso junto com uma boa dose de amor à causa previdenciária construiu a nova ADIMP.



A ADIMP cumpriu seu papel de representatividade em inúmeros eventos

E ao finalizar um ciclo de gestão, Deoclécio celebra a jornada cumprida. "No dia 29 de abril realizamos a assembleia de prestação de contas, fechamos nosso ciclo com saldo em conta corrente no valor de R\$ 84.401,08, mais receitas a receber relativas a contratos de patrocínio no montante de R\$ 84.500,00. Quando assumimos, eram 28 RPPSs associados, finalizamos o mandato com 46 associados + 2 em fase de filiação. Modernizamos os processos e procedimentos administrativos para melhor otimização dos serviços".



Congressistas do Brasil prestigiam a ADIMP

São 52 RPPSs no Mato Grosso do Sul. O volume de recursos é na ordem de R\$ 6 bilhões de reais. Segundo o presidente, são 12 RPPSs com certificação Pró-Gestão, o que infere a reconhecer a adoção das boas práticas de gestão na administração do Regime Próprio, e isso encoraja os demais a seguirem o exemplo, instigando a criatividade, contribuindo para a profissionalização na

gestão dos RPPSs, não só do Estado de Mato Grosso do Sul, mas também nos demais estados e municípios brasileiros. “O exercício das boas práticas de gestão implementadas e executadas, a nosso ver, garante a proteção dos interesses de todos aqueles que com ele se relaciona, interna e externamente, aumentando a confiança e a certeza do cumprimento dos pilares basilares da boa gestão pública, a saber: a transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade; assegurando o atingimento de sua

missão institucional, com a preservação dos direitos dos segurados, a proteção dos interesses do ente federativo instituidor, a adequada gestão do patrimônio e a conformidade aos requisitos legais estabelecidos pelos órgãos de regulação e supervisão”, enfatiza.

Deoclécio acrescenta que “a atuação da ADIMP/MS como entidade composta por Regimes Próprios, é primordial e indispensável para o desenvolvimento da cultura previdenciária de Mato Grosso do Sul, e ainda como a ‘casa’ do Regime Próprio, ambiente onde se discute de forma democrática e ética os rumos da Previdência do Servidor Público de Mato Grosso do Sul”.



O presidente Deoclécio com o sentimento de missão cumprida

Dentre as muitas conquistas no período da gestão da diretoria de Deoclécio, citamos:

- Reforço no relacionamento com as demais associações nacionais e estaduais a fim demonstrar o potencial dos RPPSs de MS, com vistas a integração e desempenho de atividades do cotidiano de forma harmônica e em sintonia com os demais RPPSs do país;
- Assinatura de Termo de acordo de Cooperação técnica com o Ministério da Previdência no sentido de promover maior agilidade e atenção aos RPPSs de MS;
- Promoção de aproximação com Tribunal de Contas de MS, especificamente com a Unidade de Controle dos RPPSs, para a boa gestão administrativa e o cumprimento de normas relacionadas ao agente fiscalizador;
- Realização, ao longo dos últimos 12 meses no ano corrente de 2025, de 02 congressos, a saber o 7º Congresso na cidade de Corumbá/MS e 10º Congresso da ADIMP na cidade de Ponta Porã/MS, além da realização em parceria com a ANEPREM do 9º Congresso Estadual na cidade de Campo Grande/MS;
- Reaproximação da ADIMP MS à entidade representativa dos Municípios a ASSOMASUL com vistas a consecução das atividades afins;

- Realização de audiências públicas, palestras e seminários para a discussão e implantação da Previdência Complementar no Estado de MS;
- Realização de 9 cursos preparatórios para a nova certificação exigida pelo Ministério da Previdência, entre outras atividades desenvolvidas nos últimos 12 meses, que objetivaram a capacitação e preparação dos gestores de RPPS de MS.

O presidente celebra o cumprimento da missão de estar à frente da ADIMP, e destaca que nem tudo foram flores. “Principal dificuldade da gestão é quanto ao quadro de pessoal insuficiente para o desempenho das atividades diante das exigências tecnológicas e legais; E a segunda, é a necessidade de consolidação de parcerias duradouras para o financiamento das atividades. No entanto, terminamos nosso mandato com a consciência tranquila de termos feito o melhor que pudemos, como que tínhamos naquele momento”, destaca.

Nestas páginas, registramos o belo trabalho da diretoria através de inúmeras ações/projetos/capacitações e eventos realizados no Estado do Mato Grosso do Sul, além da participação de representantes da diretoria da ADIMP em eventos pelo Brasil todo. Confira:

- Confecção de Revista/livreto com orientações sobre RPPS e Previdência Complementar – RPC;
- Participação no 10º Encontro de Gestores de RPPSs do MT, realizado pela APREMAT, dias 4, 5 a 6 de outubro de 2023, em Cuiabá;
- VII Fórum de Gestão Pública do Mato Grosso do Sul realizado pela Comissão de Administração Pública do Conselho Regional de Administração do MS, dia 29 de maio de 2024, em Campo Grande;
- VII FORUM DE GESTÃO PÚBLICA - Gestão Pública Municipal e a Transição de Mandatos.

EVENTOS PREVIDENCIÁRIOS – EXERCÍCIO 2020:

- Aplicabilidade no âmbito estadual e municipal da reforma da previdência promovida pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e PEC 133/2019;
- Curso Certificação Profissional ANBIMA - CPA10, CPA20;
- Curso sobre benefícios previdenciários – Modalidades, cálculo dos proventos, reajuste dos proventos, formação do processo de aposentadoria/pensão;
- Curso sobre gestão financeira dos RPPSs – Política de investimento de aplicação dos recursos dos RPPSs;
- Curso/treinamento sobre COMPREV e DEMONSTRATIVOS CADPREV (DAIR, DPIN, DIPR);
- Encontro com Instituições Financeiras para debate sobre Planos de Investimentos dos RPPSs;
- Curso/treinamento para a implantação do SIPREV/ GESTÃO RPPS – Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS;
- Capacitação dos gestores dos RPPSs – Diretoria Administrativa, Conselho Deliberativo e Fiscal e, Comitê de Investimentos;

EVENTOS PREVIDENCIÁRIOS – EXERCÍCIO 2022:

- a) Capacitação/Certificação dos gestores dos RPPSs – Diretoria Administrativa, Conselho Deliberativo e Fiscal e, Comitê de Investimentos; – Art. 8-B da Lei Federal 9.717/1998;
- b) Curso Certificação Profissional ANBIMA - CPA10, CPA20;
- c) Curso sobre benefícios previdenciários – Modalidades, cálculo dos proventos, reajuste dos proventos, formação do processo de aposentadoria/pensão;
- d) Curso sobre gestão financeira dos RPPSs – Política de investimento de aplicação dos recursos dos RPPSs;
- e) Curso/treinamento sobre COMPREV e DEMONSTRATIVOS CADPREV (DAIR, DPIN, DIPRI);
- f) Encontro com Instituições Financeiras para debate sobre Planos de Investimentos dos RPPSs;
- g) Curso/treinamento para a implantação do SIPREV/GESTÃO RPPS – Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social;

EVENTOS PREVIDENCIÁRIOS REALIZADOS EM 2023:

- a) Capacitação/Certificação dos gestores dos RPPSs – Diretoria Administrativa, Conselho Deliberativo e Fiscal e, Comitê de Investimentos; – Art. 8-B da Lei Federal 9.717/1998;
- b) Oficinas Técnicas de capacitação e treinamento para operacionalização do COMPREV, DAIR, DIPR e DPIN;
- c) Curso prático sobre nova lei de licitações e contratos – Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Contabilidade aplicada no setor público, com foco no RPPS – Investimentos dos recursos e sua contabilização – Taxa de administração, conceito, finalidade, limites e contabilização;
- e) Curso sobre benefícios previdenciários – Modalidades, cálculo dos proventos, reajuste dos proventos, formação do processo de aposentadoria/pensão;
- f) Aposentadorias especiais – com foco na aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde – Responsabilidade pela elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT e Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;
- g) Curso sobre gestão financeira dos RPPSs – Política de investimento de aplicação dos recursos dos RPPSs;
- h) Encontro com Instituições Financeiras para debate sobre Planos de Investimentos dos RPPSs;
- i) Oficina prática - Credenciamento pelos RPPSs das Instituições e Produtos de Investimento;
- j) Curso/treinamento para a implantação do SIPREV/GESTÃO RPPS – Sistema Previdenciário de Gestão de RPPSs;
- k) Curso/treinamento sobre Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial;
- l) Curso/treinamento sobre Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – Siafic.

EVENTOS PREVIDENCIÁRIOS – EXERCÍCIO 2024:

- a) Capacitação/Certificação dos gestores dos RPPSs – Diretoria Administrativa, Conselho Deliberativo e Fiscal e, Comitê de Investimentos; – Art. 8-B da Lei Federal 9.717/1998;
- b) Oficinas Técnicas de capacitação e treinamento para operacionalização do COMPREV, DAIR, DIPR, DPIN, Plano de Custeio e Cadastro da Legislação no GESCON;
- c) Atribuições e responsabilidades dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Gestor de Recursos do RPPS;
- d) Curso prático sobre nova lei de licitações e contratos – Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) Contabilidade aplicada no setor público, com foco no RPPS – Investimentos dos recursos e sua contabilização – Taxa de administração, conceito, finalidade, limites e contabilização.
- f) Benefícios previdenciários em face da Emenda Constitucional nº 103/2019 – Modalidades, critérios de elegibilidade, cálculo dos proventos, reajuste dos proventos, formação dos processos com as peças obrigatórias em conformidade com a Resolução TCE/MS nº 18/2018;
- g) Emissão de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT e Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, atribuições e responsabilidades;
- h) Medicina e segurança do trabalho - Readaptação funcional do servidor público, à luz da nova ordem constitucional;
- i) Curso sobre gestão financeira dos RPPSs – Política de investimento de aplicação dos recursos dos RPPSs, contabilização dos recursos.
- j) Folha de pagamento, tecnologia da informação e LGPD – Obrigações/exigências da Secretaria de Previdência;
- k) Cálculo atuarial – base cadastral – informações;
- l) Encontro com Instituições Financeiras para debate sobre cenário econômico atual com vistas a otimizar os Planos de Investimentos dos RPPSs;
- m) Oficina prática - Credenciamento pelos RPPSs das Instituições e Produtos de Investimento;
- n) Curso/treinamento para a implantação do SIPREV/GESTÃO RPPS – Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social;
- o) Curso/treinamento sobre Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial;
- p) Curso/treinamento sobre Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – Siafic.

EVENTOS PREVIDENCIÁRIOS – EXERCÍCIO 2025:

- a) Evento ADIMP/ASSOMASUL - Novos prefeitos e os desafios da previdência pública municipal (RPPS);
- b) X Congresso Estadual da ADIMPMS – Ponta Porã/MS;

- c) Curso/treinamento sobre operacionalização do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão [e-Sfinge];
- d) Capacitação/Certificação dos gestores dos RPPSs – Diretoria Administrativa, Conselho Deliberativo e Fiscal e, Comitê de Investimentos; – Art. 8-B da Lei Federal 9.717/1998;
- e) Oficinas Técnicas de capacitação e treinamento para operacionalização do COMPREV, DAIR, DIPR, DPIN, Plano de Custeio e Cadastro da Legislação no GESCON;
- f) Atribuições e responsabilidades dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Gestor de Recursos do RPPS;
- g) Contabilidade aplicada no setor público, com foco no RPPS – Investimentos dos recursos e sua contabilização - Taxa de administração, conceito, finalidade, limites e contabilização;
- h) Benefícios previdenciários em face da Emenda Constitucional nº 103/2019 – Modalidades, critérios de elegibilidade, cálculo dos proventos, reajuste dos proventos, formação dos processos com as peças obrigatórias em conformidade com a Resolução TCE/MS nº 18/2018;
- i) Emissão de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT e Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, atribuições e responsabilidades;
- j) Medicina e segurança do trabalho - Readaptação funcional do servidor público, à luz da nova ordem constitucional;
- k) Curso sobre gestão financeira dos RPPSs – Política de investimento de aplicação dos recursos dos RPPSs, contabilização dos recursos;
- l) Folha de pagamento, tecnologia da informação e LGPD – Obrigações/exigências da Secretaria de Previdência;
- m) Cálculo atuarial – base cadastral – informações;
- n) Encontro com Instituições Financeiras para debate sobre cenário econômico atual com vistas a otimizar os Planos de Investimentos dos RPPS;
- o) Oficina prática - Credenciamento pelos RPPSs das Instituições e Produtos de Investimento;

Conheça um pouco mais da história de Deoclécio, que dinamizou a ADIMP:

Casado, servidor efetivo como Assistente Administrativo desde 07/07/1989, formado em licenciatura em Pedagogia, bacharel em Administração Pública, Pós-graduado em Contabilidade e Gestão de Finanças Públicas, Graduado em Gestão de Recursos Humanos. Atuou no RPPS de Costa Rica MS, por mais de 20 anos, na condição Diretor Financeiro, Membros de Conselhos e Comitê de Investimento e ainda titular da atividade de Diretor Secretário e Benefícios do Serviço de Previdência Municipal de Costa Rica – MS SPMCR; Ocupa a Presidência da ADIMP/MS - ASSOCIAÇÃO DOS INSTITUTOS MUNICIPAIS E ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL, para o período de: 02/05/2019 a 30/04/2025; Ocupa a função de Vice Presidente do SIMCOR – Sindicato dos Servidores

Público Municipais de Costa Rica; Ocupa a função de Assessor da Presidência da ABIPEM - Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais;

Militante na área Sindical por período superior a 10 anos, na Condição de Presidente de SIMCOR - Sindicato dos Servidores Público Municipais de Costa Rica;

Participou na condição de membro da Diretoria da Federação dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul;

Participou na condição de membro da Diretoria da Diretoria da Nova Central NCST – Mato Grosso do Sul;

Ocupou a VICE PRESIDENCIA DA ADIMP/MS - ASSOCIAÇÃO DOS INSTITUTOS MUNICIPAIS E ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL por período aproximado de 06 anos;

Exerceu por diversos anos a titularidade de Diretor do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Costa Rica – na condição de Presidente da CPL;

Exerceu por período superior a 10 anos a Diretoria do Departamento de Transito no Município de Costa Rica – MS.

Atuou em diversas Comissões, como: Revisão Estatutária, implantação do Regime Próprio de Previdência; Plano de Cargos e Carreiras; Comissão Permanente de Licitações.



Michel assume a ADIMP com o compromisso de manter a entidade na trilha do crescimento

Deoclécio passa o comando da ADIMP para o jovem Michel Vaz, que tem a missão de continuar levando os anseios previdenciários do Mato Grosso do Sul como premissa pelos próximos 4 anos. Mais informações sobre o trabalho de fortalecimento da

previdência no Mato Grosso do Sul, acesse o site: www.adimpms.com.br

Confira registros de eventos e ações realizados pela ADIMP-MS na última gestão.

Confira registros do Congresso realizado pela ADIMP em Corumbá.



ADIMP empossou a nova diretoria encabeçada por Michel Vaz.





Registros do 10º Congresso de Previdência Social realizado em Ponta Porã em abril de 2025.













A ANEPREM

é a única associação de nível Nacional cujos eventos valem pontos para renovação de certificações.

Isso é possível porque a ANEPREM não atua como certificadora, evitando conflito de interesses e garantindo o reconhecimento oficial.



Participando de três ou mais eventos da ANEPREM por ano, o profissional acumula pontuação suficiente para renovar sua certificação, única modalidade que a renovação não precisa realizar avaliação, pela APIMEC e TOTUM, únicas autorizadas pelo MPS/SPREV na modalidade de Programa de Qualificação Continuada - PQC, para renovação de certificações, no mesmo nível anteriormente obtido.

A ANEPREM reforça seu compromisso com a qualificação e transparência dos RPPSs.





BITTENCOURT

ASSESSORIA JURÍDICA

Em um cenário desafiador para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), marcado por alterações normativas frequentes, crescente demanda por transparência e necessidade de equilíbrio financeiro, a Bittencourt Consultoria e Assessoria Jurídica tem se destacado como uma aliada estratégica para entes federativos em todo o país.

Com atuação voltada à gestão jurídica e institucional dos RPPS, a Bittencourt oferece soluções técnicas especializadas que garantem não apenas a conformidade legal, mas também a eficiência administrativa e a sustentabilidade atuarial dos regimes.

Assessoria Jurídica Especializada: foco na governança previdenciária

A consultoria jurídica da Bittencourt atua como eixo de apoio à boa governança previdenciária. A equipe orienta entes públicos em todas as etapas da gestão do RPPS — da estrutura normativa à execução administrativa — assegurando aderência às exigências da legislação vigente e às orientações dos órgãos de controle.

Esse suporte contínuo é essencial para mitigar riscos, padronizar procedimentos e oferecer maior segurança jurídica às decisões do ente gestor, especialmente em um ambiente regulatório dinâmico como o da previdência pública.

Revisão Atuarial e Planejamento Estratégico

A sustentabilidade do RPPS depende, em grande medida, de um planejamento atuarial adequado. A Bittencourt atua de forma integrada com atuários e gestores para revisar hipóteses, ajustar parâmetros e propor alternativas viáveis, sempre com base em dados técnicos e respeitando as diretrizes da Secretaria de Regime Próprio (SRP/MPS).

Esse trabalho permite que os entes alcancem o equilíbrio financeiro e atuarial exigido pela legislação, cumpram as metas atuariais e evitem penalidades administrativas e restrições legais.

Contencioso Previdenciário: atuação técnica e eficaz

A banca jurídica também é referência na atuação contenciosa, tanto em defesa dos entes quanto dos segurados. A atuação judicial e administrativa é pautada pela agilidade, precisão técnica e busca por resoluções eficazes, especialmente em litígios que envolvem concessões, revisões de aposentadorias, pensões e demandas relacionadas ao reconhecimento de tempo de contribuição.

Defesa dos Segurados: proteção de direitos e valorização do regime

Além de atender os entes federativos, a Bittencourt dedica-se à defesa dos segurados, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS. Com atuação individualizada, a equipe garante que os direitos previdenciários sejam preservados, combatendo ilegalidades e promovendo revisões justas e fundamentadas.

Atualização Legislativa Permanente

Um dos diferenciais da Bittencourt é o acompanhamento contínuo das alterações normativas e jurisprudenciais que afetam diretamente a gestão previdenciária. O serviço de atualização e orientação preventiva permite que os entes públicos ajam proativamente, adaptando-se às novas exigências legais e evitando inconformidades.

Compromisso com a Gestão Pública e a Sustentabilidade do RPPS

Com um corpo técnico altamente qualificado e ampla experiência no setor, a Bittencourt Consultoria e Assessoria Jurídica é reconhecida pela entrega de soluções jurídicas sob medida, com impacto direto na qualidade da gestão previdenciária.

Ao combinar conhecimento jurídico, visão estratégica e atuação prática, a Bittencourt se consolida como parceira essencial para os RPPS que buscam segurança institucional, equilíbrio financeiro e governança eficiente.

Empréstimos Consignados - Composição das Taxas

Dando continuidade à nossa abordagem sobre os empréstimos consignados concedidos aos servidores vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs), esta edição tem como foco as variáveis que compõem as taxas aplicadas a essas operações.

O Inciso III do Art. 14 do Anexo VIII da Portaria MTP nº 1.467 estabelece que, para a constituição dos fundos garantidores ou de oscilação de riscos, deve ser apurada uma taxa suficiente para cobrir integralmente os riscos envolvidos, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro da carteira. Além disso, é permitida a cobrança de uma taxa adicional para situações imprevistas ou de difícil controle.

Já o Art. 16 do mesmo anexo determina que, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro, as taxas aplicadas devem superar a meta atuarial vigente. A elas devem ser acrescidas as taxas de administração das operações, bem como os encargos relacionados ao custeio dos fundos garantidores, de oscilação de riscos, seguros contratados e, eventualmente, adicionais de risco para eventos extraordinários não cobertos.

Desse modo, a composição das taxas dos empréstimos consignados deve considerar os seguintes elementos:

- I – A rentabilidade do RPPS;
- II – A formação de reservas para os fundos garantidores;
- III – A provisão de recursos para eventos não estimados;
- IV – As despesas administrativas da operação.

Essas taxas, portanto, têm destinação específica, devendo ser utilizadas estritamente conforme sua finalidade, sem desvios. Em consonância com essa lógica, o Inciso III do Art. 16 impõe a obrigatoriedade da segregação contábil e financeira dos recursos destinados à cobertura do equilíbrio da carteira e à formação dos fundos garantidores e de oscilação de riscos.

A separação e o controle rigoroso dessas parcelas se justificam por suas finalidades distintas: garantir a rentabilidade do RPPS; cobrir os custos administrativos; e assegurar a existência de reservas para suportar riscos estimados e não estimados.

A taxa de remuneração do RPPS tem como objetivo manter o equilíbrio financeiro e atuarial do regime. Ela integra as receitas financeiras do RPPS e deve ser contabilizada como tal, compondo o demonstrativo de alcance das metas previstas na Política de Investimentos do exercício. O resultado desta taxa é que irá demonstrar se o RPPS alcançou ou não a rentabilidade da carteira em patamares superiores a meta atuarial definida para o exercício.

Por sua vez, a taxa de administração tem a finalidade de cobrir os custos operacionais e de gestão, relacionados às atividades de atendimento, análise, concessão, acompanhamento e controle dos empréstimos consignados. Sua aplicação se dá mensalmente, conforme a competência, logo não tem a finalidade de formar reservas.

Por outro lado, a taxa destinada aos fundos garantidores visa cobrir despesas decorrentes de eventos estimados, como a morte dos tomadores dos empréstimos, exoneração, demissão, cessação ou cassação dos benefícios, garantindo a quitação do saldo devedor em caso de sua ocorrência. Sua reversão para os fundos previdenciários somente deverá ocorrer no momento em que alguma destas hipóteses ocorrer. Na ausência desses eventos, os recursos acumulados podem ser revertidos para a rentabilidade do RPPS ao término dos contratos.

Já a taxa para os fundos de oscilação de riscos tem a finalidade de formar provisões para perdas associadas a desvios nas hipóteses atuariais — como inflação futura, taxas de juros de mercado ou desvinculação de servidores em níveis superiores aos previstos. Essa taxa atua como um mecanismo de estabilização das demais taxas de risco ao longo do contrato.

O uso dos valores desses fundos, portanto, deve ocorrer apenas diante da materialização de riscos não previstos inicialmente, e em proporção estritamente necessária. Na ausência de tais eventos, os recursos também podem ser revertidos ao RPPS, ao final do contrato, reforçando sua rentabilidade.

Em suma, o controle rigoroso da composição das taxas nos empréstimos consignados é essencial para a saúde financeira da carteira de investimentos do RPPS. A aplicação desses recursos deve observar uma perspectiva de longo prazo e respeitar os critérios definidos em sua estruturação. Qualquer utilização indevida ou fora do escopo pode comprometer sua função original e, consequentemente, a sustentabilidade do regime.

Até a próxima oportunidade!

Sérgio Pedro Werlang

Bacharel em Administração; Especialização em Demografia e Atuária; Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, desde 1995; Auditor responsável pela auditoria dos Regimes Próprios de Previdência Social, de 2004; Palestrante em programas de formação de Gestores e Seminários de divulgação da cultura previdenciária. Auditor Aposentado desde agosto de 2024; Consultor da Empresa Monettar S/A.



Consultânia Prev: Excelência Técnica a Serviço da Sustentabilidade e Governança dos RPPS

Na Consultânia Prev, oferecemos serviços especializados de Consultoria e Assessoria Previdenciária para a Administração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com o objetivo de garantir uma gestão eficiente, transparente e em conformidade com todas as exigências legais. Sabemos que a gestão de RPPS exige precisão, agilidade e conhecimento técnico, por isso, nossos serviços foram desenhados para atender às necessidades específicas de cada instituição pública, garantindo a segurança jurídica e operacional dos processos previdenciários.

Nossos Serviços

Consultoria e Acompanhamento Técnico: A Consultânia Prev se destaca por oferecer consultoria e acompanhamento contínuo, assegurando que a administração do RPPS esteja sempre em conformidade com as normas e diretrizes legais. Fornecemos pareceres técnicos detalhados, sugestões para atos administrativos e presença profissional sempre que necessário, para garantir o pleno funcionamento do regime previdenciário.

Revisão e Análise de Processos: Realizamos a revisão minuciosa dos processos de aposentadorias e pensões, além de realizar análises detalhadas de diligências e defesas em caso de auditorias. Nossa equipe garante a legalidade da concessão e revisão de benefícios, com uma análise criteriosa que assegura o cumprimento da legislação vigente.

Comunicação e Orientação à Diretoria Executiva: A orientação constante à Diretoria Executiva é um dos pilares do nosso serviço. Mantemos nossos clientes informados sobre normas, novas recomendações e sobre qualquer alteração que possa impactar a gestão do RPPS. Além disso, oferecemos suporte contínuo, tirando dúvidas e orientando sobre documentos e o preenchimento correto de formulários.

Processos Administrativos e Regulamentação: A operacionalização dos processos de concessão de benefícios é uma tarefa que exige precisão. A Consultânia Prev assume a responsabilidade pelo

protocolamento e acompanhamento de processos junto aos Tribunais, além de orientar sobre reajustes anuais e o planejamento previdenciário individual.

Relatórios e Regularidade: Emissão de relatórios gerenciais e de regularidade junto ao Ministério da Previdência Social (MPS) é outra parte fundamental do nosso trabalho. Acompanhamos as auditorias, produzimos justificativas e documentos necessários para a prestação de contas e o controle individualizado dos benefícios.

Gestão Financeira e Despesas: Além da gestão dos processos de concessão, oferecemos orientação sobre o recolhimento e pagamento das contribuições previdenciárias. Acompanhamos as despesas administrativas, parcelamentos previdenciários e regulamos os tipos de benefícios e fluxos processuais, garantindo que a gestão financeira do RPPS esteja sempre em dia.

Novidade no Ar: Calendário de Prazos para RPPS

Para facilitar ainda mais a sua gestão previdenciária, a Consultânia Prev traz uma novidade incrível: agora ficou muito mais fácil acompanhar os prazos do seu RPPS! Disponibilizamos um calendário de envio de informações diretamente em nosso site.

Com o Calendário do RPPS, você pode visualizar todos os prazos importantes e garantir mais segurança e organização no processo de gestão previdenciária. Não perca mais nenhum prazo importante!

Acesse agora:
www.consultaniaprev.com.br

Clique em "Calendário do RPPS" e fique por dentro de tudo!



CONSULTÂNIAPREV
Consultoria & Assessoria

 @consultaniaprev

 (62) 99292-9643

 consultaniaprev.com.br

 Av. Olinda, 960 - Sala 610-B - Park
Lozandes, Goiânia - GO, 74884-120

Temos a solução ideal para acelerar a Transformação digital

Transforme a gestão de documentos e processos da sua empresa com as soluções mais avançadas de Gestão de Conteúdo Empresarial (ECM) e Gestão de Processos de Negócios (BPM). Descubra como essas ferramentas podem otimizar sua rotina de trabalho de forma simples e eficaz.

Gestão de Conteúdo Empresarial (ECM):



Gestão de Processos de Negócios (BPM):



Conformidade Legal: Atenda ao Decreto 10.278/2020, garantindo que documentos digitalizados tenham validade legal.

Com o ECM e BPM, sua empresa ganha em eficiência, segurança e controle, otimizando tanto a gestão de documentos quanto a automação de processos. Torne seus fluxos de trabalho mais ágeis e seu controle de conteúdo mais eficaz!

(62) 99235-2989 gestaodigitaldoc.com.br
 (62) 3911-1406 @gestaodigitaldoc
 atendimento@gestaodigitaldoc.com.br





ESCOLA DE GOVERNO



SOLUÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA

A Escola de Governo tem como objetivo promover a valorização e o desenvolvimento do servidor público, por meio de dispositivos de Gestão, além das formações necessárias e adequadas aos novos perfis profissionais requeridos pelos diversos setores da administração pública, onde se elevem o nível de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Atuamos focados no estudo e desenvolvimento de soluções educacionais e administrativas, oferecendo Cursos e Capacitações em diversas áreas com a finalidade de contribuir para a formação e profissionalização dos agentes que operam na esfera pública, além de prestarmos Assessoria e Consultoria, aprimorando e fortalecendo as instituições do Poder Público.

NOSSAS ATIVIDADES

Possuímos corpo técnico altamente qualificado e multidisciplinar, com larga experiência nas mais diversas áreas da administração pública municipal, onde ofertamos diversas ferramentas e desenvolvimento de softwares que aspiram por otimizar os processos no dia a dia, contribuindo para com uma Gestão Pública de maior efetividade.

Buscamos oferecer soluções estratégicas e medidas preventivas para a esmerada implementação da política pública e visando potencializar a atuação dos Gestores municipais e suas equipes para o alcance dos seus objetivos e resultados.

Em junho ocorreu em São Paulo nosso 1º WORKSHOP – PARA UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE, que teve como missão ofertar a atualização e aprimoramento dos profissionais do setor público. Essas capacitações técnicas foram realizadas por preceptores renomados que abordaram dois importantes temas para a Gestão Pública, sendo que ambos já figuram como obrigаторiedades. Um deles tratou da Implantação de Sistema de Custos no Setor Público e o outro abordou Como Elaborar Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.



1º Workshop Para Uma Gestão Pública Eficiente - Registros



1º Workshop Para Uma Gestão Pública Eficiente - Depoimentos e Decorrências

Implantação de Sistema de Custos no Setor Público e Elaboração de Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis no Setor Público.

Em 05 de junho tive a honra de participar da abertura do 1º Workshop Para Uma Gestão Pública Eficiente, promovido pela Escola de Governo, em São Paulo, cujo os temas foram apresentados pelos profissionais: Cezar V. Mauss e Roberto de Oliveira Jr.

Pela relevância dos temas fiquei assistindo à apresentação inicial do palestrante até o momento que tive que atender compromisso antes agendado. A palestra foi apresentada de forma simples e com exemplos práticos que se não fosse pelo meu compromisso, ficaria até o final, pois em muito me agregou.

A Escola de Governo está contribuindo para a capacitação dos profissionais da contabilidade das entidades públicas.

*José Aparecido Maion
Presidente do CRC-SP - Gestão 2022/2023*



Dias após a conclusão de nosso evento, encaminhamos uma pesquisa aos participantes, buscando saber sobre sua experiência, aprendizagem e satisfação com o Workshop, permitindo assim que nossa organização avalie o programa, identificando pontos fortes e fracos, fazendo os ajustes necessários para futuras edições. Nesse sentido compartilhamos alguns depoimentos, dentre outros:

O que mais gostou nesta Capacitação ?

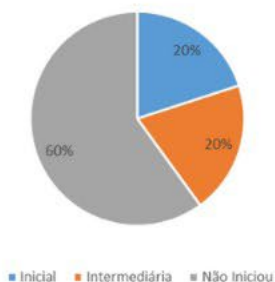
Gostei de conhecer pessoas novas que estão no mesmo processo e, que, trocando informações, nos deram ideias de como iniciar a implantação de custos.

Como podemos melhorar este curso?

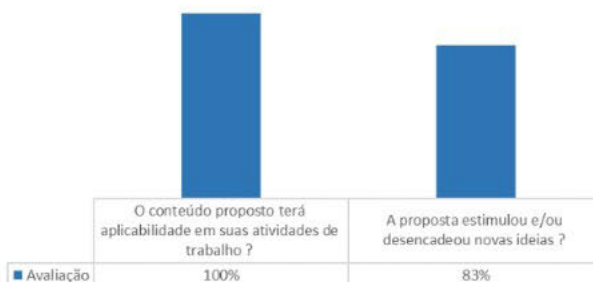
O curso foi muito proveitoso, principalmente, com exemplos práticos que nos dão um norte de como desenvolver as notas explicativas.

Como resultado final, verificamos com destaque para as fases em que os entes que se fizeram presentes no Workshop se encontram em relação a implementação das obrigatoriedades: Sistemas de Custos e Notas Explicativas. Os gráficos nos indicam que boa parte ainda não conseguiu avançar sobre os temas, cabendo reflexões e ações.

Fases - Sistema de Custos



Impressão quanto a efetividade do Workshop



Fases - Notas Explicativas



ESCOLADEGOVERNO.PRO

MACHADOSPREV: Compromisso com o futuro dos servidores de Machados

O Fundo de Previdência de Machados – MACHADOSPREV é responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município. Criado pela Lei Complementar nº 578/2006, ele integra a administração indireta e possui autonomia administrativa e financeira, sendo um pilar fundamental para garantir os direitos previdenciários dos servidores públicos municipais.

À frente da gestão está o Secretário Executivo, Luciano Costa, servidor de carreira, graduado em Gestão Pública e Administração Pública pela UFRPE, com pós-graduação em Gestão Pública, Regime Próprio de Previdência e, atualmente, cursando Ciências Contábeis e especialização em Governança e Finanças pela UNB. Luciano está à frente do MACHADOSPREV desde 2021, conduzindo a instituição com seriedade, planejamento e visão de futuro.

A diretoria executiva conta ainda com uma equipe qualificada: Elaine Maria (Coordenadora Financeira), Igor Marques (Coordenador de Previdência) e Brenda Freitas (Assistente Administrativa). Além disso, o MACHADOSPREV conta com um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos — todos comprometidos com uma gestão técnica e eficiente.

Um dos grandes diferenciais da atual gestão é o investimento contínuo na capacitação profissional. Os membros da diretoria e do comitê já possuem certificações específicas exigidas pela SPREV, e 1/3 dos conselheiros administrativos e fiscais também já foram certificados. Essa profissionalização reforça o compromisso com uma gestão cada vez mais qualificada e preparada para os desafios da previdência pública.

Gestão transparente e comprometida

O MACHADOSPREV possui um patrimônio líquido superior a R\$ 12 milhões e mantém os repasses em dia. Atualmente, os valores recolhidos incluem 14% da parte dos servidores, 14% da parte patronal e uma alíquota suplementar de 26,67%, garantindo o equilíbrio financeiro do fundo.

Com uma gestão estratégica e transparente, o instituto aderiu ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (PRO-GESTÃO), reforçando sua busca por eficiência, boas práticas administrativas e valorização da cultura previdenciária.

Mais do que números e normas, o MACHADOSPREV tem se destacado pela sua gestão humanizada e próxima dos segurados. Prova disso é o sucesso do evento anual “São João dos Aposentados e Pensionistas”, que promove o reencontro, o acolhimento e a valorização dos beneficiários. Essa ação, além de trazer alegria, fortalece o vínculo com aqueles que construíram a história do serviço público de Machados.

Outra ação inovadora é o projeto “MACHADOSPREV ITINERANTE – Educação e Conceitos Básicos de Previdência”, que leva informação clara e acessível aos



Equipe comprometida do RPPS de Machados

servidores. O projeto apresenta os direitos e deveres dos segurados, esclarece dúvidas sobre aposentadoria e ainda presta contas sobre a real situação financeira do instituto, promovendo transparência e confiança entre os servidores ativos e inativos.

Olhando para frente

Para o Secretário Executivo Luciano Costa, o momento é de construção:

“Reconhecemos que os desafios futuros são grandes, mas também repletos de possibilidades. Nosso dever é assegurar o futuro dos servidores e seguir com uma gestão eficiente, ética e profissional.”

A visão de futuro do MACHADOSPREV passa pelo fortalecimento institucional, pela educação continuada dos seus gestores e conselheiros, e pela adoção de estratégias para enfrentar as complexidades financeiras e atuariais que envolvem os regimes próprios. A meta é clara: garantir um RPPS sustentável, eficiente e que ofereça segurança para todos os seus beneficiários.

Com parcerias firmadas com os Poderes Executivo e Legislativo, o instituto já iniciou ações voltadas à redução do déficit atuarial e está preparado para enfrentar os próximos desafios com seriedade e inovação. O trabalho desenvolvido até aqui mostra que o MACHADOSPREV é mais do que um órgão técnico: é uma instituição que cuida, informa, acolhe e protege o futuro dos servidores de Machados.

Luciano Costa
Secretário Executivo





Investir em capacitação é garantir resultados concretos. O COMPREV não precisa mais ser um desafio. Com o apoio certo, ele se torna um trunfo para a sua gestão.

COMPREV NA PRÁTICA:

A capacitação que transforma a rotina dos RPPS

A compensação previdenciária é um dos pontos mais sensíveis e, ao mesmo tempo, estratégicos dentro da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Quando mal compreendida, pode gerar perdas significativas para os cofres públicos. Mas quando bem executada, torna-se uma verdadeira aliada na sustentabilidade previdenciária dos municípios.

Pensando nisso, a **Performance** desenvolveu o curso **"COMPREV na Prática"**, um treinamento completo e 100% voltado para a realidade dos RPPS. E não é apenas sobre teoria: é sobre prática, rotina e transformação. Fazemos uma mentoria específica na prática, transformando nossos alunos em analistas COMPREV.

Seja presencial ou online o participante é guiado passo a passo pela nossa CEO Juscilene Oliveira que opera diariamente com compensação previdenciária há mais de doze anos. A proposta do curso é simples: **ensinar do zero até o nível operacional completo**, mesmo para quem nunca teve contato com o sistema.

O que nossos alunos dizem sobre o curso:

"Superou minhas expectativas. O domínio que você demonstrou sobre o assunto é realmente impressionante. Muito feliz por ter aproveitado essa oportunidade. Parabéns pelo profissionalismo e dedicação. Com certeza estaremos juntos em outras oportunidades."

Luíz Ramos, Cidade Ocidental - GO

"A experiência e o conhecimento sobre RPPS foi o diferencial, a didática foi clara e objetiva, esclareceu desde o início as dúvidas principalmente para quem é iniciante como eu na área de RPPS e tem que lidar diariamente com a compensação previdenciária. Antes do curso tinha medo, insegurança de analisar os requerimentos, hoje com sua ajuda, consigo analisar e realizar requerimentos com segurança. Então só tenho a agradecer a você por ter encontrado este curso maravilhoso e ter tido oportunidade de fazê-lo, foi muito enriquecedor."

Arlane Pereira, Tapurah - MT

"Fazer compensação depois do curso ficou muito fácil e o sistema está sempre em mudanças, fiz o COMPREV na prática online em 2021, depois o avançado com atualizações e análises dos processos em 2024, foi muito explicativo aprendi bastante nos cursos que fiz com

Juscilene Oliveira
CEO da Performance



Instagram



ela. Eu hoje sou apaixonada por compensação e posso dizer que é por tudo que a Ju me ensinou."

Núbia Cristina, Goianésia - GO

"Apesar da complexidade do assunto, a Juscilene desde sempre mostrou muito conhecimento, muita propriedade para falar sobre compensação previdenciária. Hoje, aqui no Palmeiras Prev, nossos processos estão todos com requerimentos enviados no Comprev. em meu último contato presencial com a Performance, no curso COMPREV NA PRÁTICA AVANÇADO, aprofundamos o conhecimento sobre atualizações do sistema Comprev, recebemos orientação para responder as exigências corretamente. E após esse último treinamento, em 2024, nós recebemos mais de R\$ 2.000.000,00 de compensação previdenciária, o que é muito gratificante, porque é a materialização do nosso sucesso."

Naiara Valeriano, Palmeiras de Goiás - GO

Mais informações:

Site: www.performance.goiania.br

WhatsApp: (62) 99942-8364

Instagram: @performancegoiania

Marketing institucional e posicionamento no Setor Público: A nova fronteira da relevância

A palavra “**marketing**” ainda é mal compreendida em muitos ambientes ligados à gestão pública. Para alguns, ela ainda carrega o peso de uma comunicação meramente promocional, ligada à ideia de venda direta ou autopromoção. Mas quando a gente olha com atenção para o setor RPPS e para o serviço público de modo geral, fica evidente que existe uma necessidade real de fortalecer a forma como as instituições se comunicam, se posicionam e se fazem entender. E isso é marketing institucional.

Marketing institucional, no setor público, não tem nada a ver com propaganda ou persuasão comercial. Tem a ver com clareza, com confiança, com estratégia e com serviço. É a capacidade que uma instituição tem de comunicar sua missão, suas entregas e seus valores de forma coerente, contínua e acessível. No universo dos RPPSs, isso é essencial. Não basta fazer uma boa gestão, é preciso conseguir mostrar isso com responsabilidade, principalmente para os servidores que são os verdadeiros donos do sistema.

Há muitos institutos previdenciários no Brasil que realizam um trabalho técnico de excelência, com indicadores positivos, bons resultados em investimentos e avanços na governança. Mas, por falta de comunicação institucional estruturada, essas conquistas acabam restritas a relatórios técnicos e não chegam ao público de forma clara. Isso gera ruído, desconfiança e até injustiça com o trabalho das equipes. O mesmo vale para as empresas que oferecem soluções ao setor. Muitas têm um conteúdo riquíssimo, com ferramentas úteis e visão de futuro. Mas por medo de parecerem “comerciais demais”, acabam não se posicionando com profundidade. O que poderia ser uma relação institucional sólida e transparente se perde, e a ponte entre quem precisa de soluções e quem pode oferecê-las fica comprometida.

Marketing institucional é justamente essa ponte. Não se trata de vender ou convencer. Trata-se de criar conexão legítima com base em informação relevante, respeito ao tempo do outro, entendimento de cenário e construção de reputação. É escutar antes de falar. É traduzir o técnico para o prático. É ajudar o RPPS a entender o que pode ser útil para ele, sem invadir seu espaço ou impor soluções.

Para os institutos, marketing institucional é prestação de contas, é valorização da equipe, é visibilidade para as boas práticas. É a possibilidade de ocupar os espaços com autonomia, reforçar a identidade da entidade e gerar reconhecimento positivo. Para as empresas, é a chance de mostrar que compreendem o setor, que estudam, que têm responsabilidade com a imagem pública e que não estão ali apenas para disputar mercado, mas para contribuir.

E esse processo passa, necessariamente, por posicionamento. Posicionar-se não é falar o tempo todo sobre si mesmo. É escolher o lugar que se quer ocupar na mente e no coração do público que se quer alcançar. No setor público, isso significa estar onde faz sentido, com a linguagem certa, no tom adequado, com verdade.

A Revista RPPS do Brasil tem caminhado nesse sentido. Temos procurado ser mais do que um canal de notícias

ou um repositório de conteúdos técnicos. Nosso papel tem sido o de abrir espaço para que as instituições se expressem com responsabilidade, para que os servidores e conselheiros encontrem informação acessível e para que as empresas possam se apresentar sem atravessar o limite institucional. Tudo isso com ética, com responsabilidade editorial e com o cuidado que o setor merece.

O marketing institucional não é um luxo ou um acessório para quem está “com tempo”. Ele é, cada vez mais, uma parte fundamental da governança. Comunicar também é governar. E quando se governa bem, comunicar com coerência é quase um dever.

Esse é o futuro do posicionamento no setor público. Um futuro em que o conteúdo é respeitado, a imagem é construída com paciência, e a conexão entre pessoas e instituições é feita com propósito.

Grande abraço e até o próximo conteúdo. Seguimos juntos na construção de uma comunicação pública mais ética, acessível e estratégica para o RPPS brasileiro.

Fontes e referências complementares:

Tribunal de Contas da União. Guia de Comunicação Pública
Kotler, P.; Lee, N. Marketing no Setor Público
Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação
Lei nº 14.129/2021 – Lei do Governo Digital
Revista RPPS do Brasil – Publicações institucionais e cases de comunicação

Mariana Netto

Administradora com especialização em Marketing e Gestão de Negócios, MBA em Tecnologia para Negócios – Data Science & Big Data, e formação em Inteligência Artificial aplicada à gestão. Atua há mais de 10 anos nas áreas de marketing, comercial e inteligência institucional, com foco estratégico no setor público e previdenciário. É gestora de marketing e relacionamento institucional da Revista RPPS do Brasil, onde lidera iniciativas que unem comunicação, dados públicos e inovação com inteligência artificial. É criadora do Conselheiro Inteligente, uma ferramenta de apoio com IA desenvolvida para auxiliar gestores e conselheiros de RPPS na compreensão de normas e práticas de governança, com linguagem acessível e foco ético.



Paraíba é nosso ponto de parada nessa viagem pela governança do RPPS brasileiro!

O lugar mais oriental das Américas está na Paraíba, em Ponta do Seixas é onde o sol nasce primeiro no continente. Paraíba também tem a maior festa de São João do Brasil, é a segunda capital mais verde do mundo com 54.7 árvores por habitante, dentre muitas outros aspectos que fascinam o Brasil, não esquecendo o trabalho de governança previdenciária que é feito por dezenas de RPPSs paraibanos. Nosso destaque deste Raio X vai para a turma de Pirpirituba, que tem a superação e a dedicação como marcas do trabalho.



Situação Atuarial dos RPPSs da Paraíba

Nesta edição vamos analisar a situação atuarial dos RPPSs do Estado da Paraíba, onde observamos um cenário vibrante na área, com realização de muitos congressos, encontros e treinamentos e com forte atuação das associações representativas das entidades como a ASPREVB – Associação Paraibana de Regimes Próprios de Previdência.

Observamos que é uma unidade da federação que tem uma baixa incidência de RPPS. De acordo com as informações do ISP-2024, dos 223 municípios do estado apenas 70 ou 31 % têm RPPS instituídos e em funcionamento (Figura 1). Haveria um grande potencial de crescimento na área, mas infelizmente no momento existe uma vedação constitucional à instituição de novos Regimes Próprios.

Porte e regularidade

Desconsiderando o Governo do Estado, temos dois RPPSs considerados de grande porte, a capital João Pessoa e Campina Grande, 29 de médio porte e outros 39 de pequeno porte. Em dez/2023, os saldos dos investimentos totalizavam R\$ 3,0 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhões do Estado, R\$ 0,5 bilhões da capital e mais R\$ 1,2 bilhões dos demais 69 municípios.

Analisando a questão da regularidade dos 70 RPPSs do Estado em relação à fiscalização do Ministério da Previdência pela emissão do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, observamos uma realidade muito preocupante, onde temos apenas 7 entes com CRP vigente e regularidade administrativa, 42 com CRP judicial e 21 com CRP vencidos (Gráfico 1). Os gestores dos RPPSs e dos Entes Públicos devem buscar formas de regularizar administrativamente seus requisitos.

Estatísticas da população segurada

Analisando os resumos dos dados cadastrais informados nos DRAAs dos 70 municípios com RPPS e observamos os seguintes indicadores: temos apenas 1,71 segurados ativos por beneficiário e o custo da folha mensal bruta de benefícios já é de 51,92% da folha mensal de segurados ativos. Estas duas proporções evidenciam que, na média, os RPPSs do Estado já atingiram a maturidade previdenciária e tem pouca margem de custeio normal para promover a capitalização tão necessária para o futuro equilíbrio. A distribuição de segurados ativos por gênero tem maioria feminina, com 62,5% de servidoras entre os ativos (Gráfico 2). Assim como 20,4% dos servidores ativos são da educação (Gráfico 3). Estas são características normais na maioria dos municípios brasileiros, mas também demonstram um desafio significativo para o custeio.

De acordo com o DRAA 2024, o RPPS estadual, gerido pela PBPrev – Paraíba Previdência, é financiado por segregação de massas e apresenta um Fundo Previ-

denciário (Fundo em Capitalização) com 9.529 segurados, um Fundo Financeiro (Fundo em Repartição) com 67.193 segurados e mais 17.824 segurados no Fundo dos Militares. Estes dados demonstram que o modelo de segregação está apenas começando no Estado pois apenas 10% da massa segurada está no Fundo Capitalizado.

Situação atuarial

A situação atuarial não está relacionada diretamente ao volume dos investimentos, mas sim à cobertura destes saldos em relação às provisões matemáticas. Relembrando que a provisão matemática de um plano previdenciário é a diferença entre o valor atual de todos os benefícios futuros do plano em relação à todas as receitas futuras de contribuição e compensação. Ao compararmos a provisão com o saldo dos ativos garantidores (saldos de investimentos e parcelamentos), além dos eventuais planos de equacionamento, é que verificamos se o plano apresenta déficit ou superávit atuarial.

Pelos dados do DRAA 2024, excetuando o RPPS Estadual, a capital e mais dois municípios que adotaram segregação de massas, os demais 67 RPPSs municipais têm planos de equacionamento do déficit atuarial por prazo.

Como já dissemos, na média os RPPSs da Paraíba são muito maduros e, portanto, apresentam déficits atuariais significativos, cujo financiamento tem grande impacto frente à RCL dos municípios.

A métrica mais utilizada na análise da situação atuarial de um RPPS é comparar a Provisão de BC - Benefícios Concedidos (Valor Atual dos Benefícios já concedidos, deduzindo contribuições dos aposentados e pensionistas e valor atual da compensação destes benefícios) com o saldo de investimentos e parcelamentos. Caso o saldo seja superior a esta provisão, entendemos que o plano ao menos já capitalizou os benefícios dos benefícios em vigor, nesta análise apenas 13 ou 18% dos RPPSs atendem este requisito mínimo.

Analisando o resultado atuarial dos RPPSs municipais e desconsiderando os saldos dos planos de equacionamento, totalizamos um déficit atuarial combinado de R\$ 5 bilhões de reais. Este valor por si só não tem muito significado, mas como os planos de equacionamento devem prever um pagamento anual de aproximadamente 5% do valor do déficit, podemos comparar este montante com a RCL e assim teremos uma dimensão do peso do financiamento do déficit para o Tesouro do Ente Público e o eventual impacto no índice de despesa de pessoal.

Na média o comprometimento da RCL com o pagamento anual do déficit é de 7,58%, um percentual bem alto, pois consideramos que um comprometimento acima de

5% neste requisito é crítico e temos 74% do total nesta condição no estado e apenas 26% estão abaixo deste patamar (Gráfico 5).

Já o RPPS estadual apresenta um elevado saldo de investimentos do Fundo Previdenciário e um resultado atuarial com significativo superávit atuarial, o que demonstra que o modelo de segregação de massas está sendo preservado e com ótimo ritmo de capitalização.

Pelos dados do ISP-2024 56 dos 70 RPPSs do estado instituíram alterações nos planos de benefícios em observância aos novos requisitos da EC 103/2019 (Reforma da Previdência), conforme Gráfico 4, um percentual alto em relação à média nacional.

Pelas suas características particulares, concluímos que a situação atuarial da maioria dos RPPSs da Paraíba é muito preocupante e com custeio pesado para os entes públicos. De qualquer forma, é extremamente importante que os gestores dos RPPSs e os respectivos entes públicos colaborem com as suas consultorias para o desenvolvimento de métodos e práticas de gestão previdenciária e financeira na busca do equilíbrio e da sustentabilidade dos seus planos de benefícios previdenciários.

Enfatizamos a urgência da regularização administrativa dos CRPs uma vez que em breve não será consideramos possível obter este certificado por via judicial.

Por fim informamos que esta análise foi baseada em dados do ISP e resultados obtidos nos DRAAs de 2024. Sendo que eventuais incorreções ou diferenças em metodologias empregadas podem prejudicar análises e conclusões.

Até a próxima!




**"TRANSFORMAMOS INCERTEZAS
EM DECISÕES SEGURAS,
PORQUE PLANEJAR O FUTURO
EXIGE MAIS DO QUE NÚMEROS:
EXIGE VISÃO ESTRATÉGICA"**

LEVE SEU RPPS AO PRÓXIMO NÍVEL!

actuarial.com.br
+55 (41) 3322-2110
previdencia@actuarial.com.br
actuarialassessoria



Luiz Claudio Kogut

Sócio-Gerente da Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial de Curitiba, Bacharel em Ciências Atuariais com 38 anos de experiência na área de Previdência, especialista em Tecnologia da Informação e atuário responsável técnico por mais de 120 RPPSs no Brasil.



@ACTUARIALASSESSORIA



Infográfico - RPPS Paraíba

07/2025

Figura 1 - RPPS no Estado



São 70 RPPS (31%) no estado, de 223 municípios ao todo.

Gráfico 1 - Regularidade do CRP



Gráficos 2 e 3 - Estatísticas dos Ativos



Gráfico 4 - Municípios que realizaram a reforma da previdência



Figuras 2 - Dados da Massa de beneficiários



Gráfico 5 - Cobertura dos Benefícios Concedidos



Gráfico 6 - Comprometimento da RCL com o pagamento anual do Déficit



IPMP, um RPPS que vivenciou dificuldades e agora experimenta o apogeu em termos de gestão em Pirpirituba!



Manoel é um gestor motivado a sempre fazer o melhor

Criado em 01 de janeiro de 2002, por meio da Lei Complementar nº 01 de 10 de Janeiro de 2002, o IPMP atravessou períodos turbulentos por falta de repasses, fator que quase culminou com sua extinção. Contudo, através de parcelamentos e regularização dos repasses a autarquia foi recuperando sua saúde financeira e hoje garante de forma superavitária pensões e aposentadorias de seus beneficiários.

Com 301 ativos, 62 aposentados e pensionistas, Patrimônio Líquido de R\$ 44 milhões de reais, o CRP administrativo em dia e em dia também os repasses do ente, o RPPS se consolida como um porto seguro para o servidor do município. “Presamos por uma gestão cada dia mais transparente e eficaz, sempre buscando a melhor para os nossos segurados. Desde o início da nossa gestão à frente do instituto estamos melhorando a forma de gerir os recursos que a nós são responsabilizados, os recursos que compõem o patrimônio do nosso IPM são o futuro de nossos beneficiários e servidores, então temos muito cuidado na forma de gerir e onde iremos alocar nossos recursos, uma grande preocupação da gestão foi buscar uma boa assessoria em investimentos para conseguirmos trabalhar de forma mais segura e de acordo com os normas do MPS. Transparência e zelo com o dinheiro público é uma marca da nossa gestão”, destaca o responsável pela gestão, Manoel Gonçalves Neto, que é contador público e empresarial formado pela UFPB, pós-graduado em Gestão de Instituições Públicas, em Gestão previdenciária, trabalhista e tributária, possui curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública, possui certificação como Gestor Previdenciário e Gestor de Recursos e está na gestão previdenciária desde 2017.

E o RPPS está sempre realizando ações visando a valorização do servidor público. “Todos os anos

promovemos eventos de capacitação e de prestação de contas do nosso trabalho para que os servidores do município estejam mais próximos da gestão, até porque os mais interessados na gestão devem ser eles, os servidores efetivos que estão vinculados ao RPPS”, ressalta o gestor.

E essa valorização do servidor público pode ser balizada pelo zelo pela governança previdenciária. “Nesse ano queremos nos certificar no Pró-Gestão para melhorar cada dia mais os processos do Instituto, como também buscar capacitar cada dia mais nossa equipe, creio que o conhecimento de todos é o caminho para a excelência do nosso trabalho”, enfatiza Manoel.

As premiações mostram que a dedicação da equipe tem valido a pena



O RPPS celebra as premiações recebidas





Visando evidenciar o que as regiões brasileiras estão construindo em termos de Regime Próprio de Previdência Social, a Revista RPPS do Brasil criou o espaço RPPS Raio X, cujo objetivo é fazer um raio x das Associações e dos Institutos de cada região do Brasil. Na **76ª Edição** da Revista RPPS do Brasil, vamos mostrar os **RPPSs de Goiás**. Portanto, se você é gestor ou trabalha com esse segmento, não perca a oportunidade.

Entre em contato:
contato@revistarppsdobrasil.com.br
64 98133 1708

